
MULHERES EM GUERRA: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS ARMADAS AMERICANAS

Antonio Henrique Lucena Silva¹
Mariana Moreira da Costa Soares²

RESUMO

As forças armadas foram, e continuam a ser, um ambiente predominantemente masculino. No entanto, desde as guerras mundiais esse cenário muda gradualmente, em especial em países ocidentais. Seguindo pela teoria feminista, esse trabalho aborda categorias analíticas importantes para explicar a participação feminina nas forças armadas, como gênero, por exemplo (SCOTT, 1995). Assim, como as teóricas feministas que analisam a participação das mulheres nas Forças Armadas, este trabalho segue a metodologia qualitativa com técnicas de pesquisa de análise textual e documental (por meio de revisão bibliográfica), com estudo de entrevistas e relatórios. Por fim, o material examina a participação das mulheres nas forças armadas dos Estados Unidos, especialmente a partir da década de 2000. Essa pesquisa foi realizada com dados do contingente feminino originados do governo e de organizações como a Pew Research Center, bem como de um estudo dos obstáculos ainda enfrentados para a integração completa no âmbito militar, a saber: preconceito, o assédio sexual e de gênero, entre outros, indicando que a integração existe, mas não totalmente, visto que ainda há resistência em aceitá-las.

Palavras-chave: Forças Armadas Americanas; Gênero e Forças Armadas; Teoria Feminista; Relações Internacionais.

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Membro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Professor em Faculdade Damas da Instrução e Pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento. E-mail: antoniohenriquels@gmail.com.

² Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade Damas da Instrução Cristã. Estudante de Direito pela Faculdade de Direito do Recife, na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: mariana.m.soares@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Abordar sobre feminismo e forças armadas de forma coligada, parece uma junção estranha, até incômoda para algumas pessoas, já que a esfera militar tem sido, por tanto tempo na história, um ambiente dominado pelos homens (COOK, 2006) – assim como outros ambientes públicos, como a política. Ainda que haja um movimento social em prol da igualdade de direitos entre homens e mulheres, apoiado por diversas organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas, o debate sobre a integração da parcela feminina nas forças armadas dos países parece não cessar. Para compreender melhor essa questão, faz-se necessário estudar as ideias da teoria feminista das Relações Internacionais, ramo da ciência em que houve grande debate acerca do tema – e material teórico utilizado neste texto.

Embora as autoras que seguem a teoria feminista adotem diversas correntes (a exemplo das liberais, radicais, socialistas, negra, entre outras), assim como o próprio movimento social é imensamente diversificado, todas seguem os comprometimentos epistemológicos e metodológicos que as classificam como abordagens feministas (SJOBERG e VIA, 2010).

Neste sentido, a principal categoria analítica dentro da teoria feminista é o conceito de gênero e, embora sua definição possa mudar de acordo com a autora ou corrente teórica, todas as abordagens feministas se comprometem com o gênero como categoria analítica que ajude a compreender como o mundo do trabalho funciona (SJOBERG e VIA, 2010). De forma simplificada, o gênero refere-se às características socialmente construídas, em oposição às biológicas, chamadas sexo.

Sendo assim, o trabalho utiliza como alicerce a teoria feminista, a qual passou por um processo de redescobrimto pelos anos de 1970 e 1980 em razão do crescimento da corrente na academia, haja vista que buscava compreender as mulheres dentro de seus contextos específicos de vida e trabalho. Este material, utilizará técnicas de pesquisa de análise documental e textual (por meio de revisão bibliográfica), estudo de entrevistas e relatórios produzidos por organizações focadas na participação feminina nas forças armadas, conforme observação de dados quantitativos adquiridos em órgãos institucionais como o Departamento de Defesa americano e entidades voltadas a pesquisas, como o *Pew Research Center* (2011).

A escolha do estudo sobre o contingente militar americano se deu em virtude de os Estados Unidos serem a maior potência internacional, apresentarem vários dados de pesquisa, tendo em vista a quantidade de conflitos que integram e, também, por serem um país ocidental

símbolo de políticas liberais tal qual igualdade de gênero. O trabalho parte da pergunta de pesquisa “Como ocorreu a integração feminina nas forças armadas americanas?”, a partir desta indagação foi possível compreender melhor o processo. O estudo do marco temporal se faz entre o intervalo do ano de 1973 até 2019, justificado em razão do fim da conscrição militar nos Estados Unidos e, conseqüentemente, a partir de quando as mulheres puderam ingressar mais amplamente, até meados de 2019, quando foi realizado o presente estudo, embora o foco dos dados seja a partir dos anos 2000. Para buscar aprofundar a discussão elencada na pergunta de pesquisa, dividimos o trabalho da seguinte forma: exposição da teoria e do debate acerca da participação feminina nas forças armadas, um breve histórico sobre a participação das mulheres americanas em conflitos e, em razão disso, análise de dados sobre o contingente feminino americano ao longo do período designado como marco temporal.

2 TEORIA E DEBATE SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS ARMADAS

Um dos marcos teóricos para as teorias das relações internacionais foi o final da Guerra Fria, em que surgem novas concepções de mundo e o fenômeno da globalização de forma mais abrangente. Tickner (2001) aponta que houve um declínio das questões de estudo de segurança nacional, antes o centro da disciplina de relações internacionais nos Estados Unidos. O foco dos estudos permitiu uma abertura para outros temas e Tickner (2001) acrescenta que a perspectiva feminista entrou na disciplina ao mesmo tempo que a Guerra Fria se findava, crescendo e consolidando a participação feminina nos dez anos seguintes.

O feminismo surgiu não apenas como uma escola, mas como um movimento em prol da igualdade entre os homens e as mulheres, que historicamente não têm os mesmos direitos e participação na sociedade ou em âmbitos públicos (SJOBORG e VIA, 2010). Tanto como movimento quanto como teoria, é extremamente amplo, existindo diversas ramificações com diferentes entendimentos de conceitos e propostas. Ainda de acordo com Sjoborg e Via (2010), existem muitos feminismos e, apesar de nem sempre compartilharem a mesma interpretação de gênero ou a mesma conceituação do próprio feminismo, eles socializam certos comprometimentos epistemológicos e metodológicos que os qualificam como abordagens feministas, a citar a utilização da categoria gênero como parte central de estudo e metodologia qualitativa.

No tocante a essa questão, Sjoberg e Via (2010) propõem uma definição do feminismo como uma teoria política que coexiste e interage com um movimento político dedicado a erradicar o problema que as mulheres vivenciam por causa de seu sexo. Em consonância, Monte (2013) aponta que as abordagens que utilizam o gênero como categoria de análise buscam por explicações da assimetria entre eles [os gêneros] e que, apesar de focos analíticos e métodos variarem, o uso do conceito “gênero” continua a ser o ponto de convergência entre as diferentes abordagens. No seio da terceira onda, Tickner (2001) aponta que as autoras da teoria feminista definem gênero como um conjunto de variáveis, contudo social e culturalmente construídas. Características como poder, autonomia, racionalidade, atividade e público são relacionadas de forma estereotipada à masculinidade, enquanto seus opostos, fraqueza, dependência/conectividade, emocionalidade, passividade e privado, são atribuídos à feminilidade. Tickner (1992) também afirma que “ao se comprometerem [as autoras de teorias feministas] com gênero como uma categoria de análise, o feminismo contemporâneo também se compromete com a igualdade de gênero como um objetivo social”³.

Scott (1995) indica que o termo “gênero”⁴ aparentemente foi usado primeiro pelas feministas americanas para insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, rejeitando o determinismo biológico. “O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (SCOTT, 1988 p. 14) em outras palavras, o gênero constitui a parte da identidade construída de forma cultural e social.

West e Zimmerman (1987) destacam que, para as pessoas que ensinavam em cursos no fim da década de 1960 e início de 1970, era importante distinguir cuidadosamente sexo de gênero. A autora afirma que diziam aos estudantes que sexo é aquilo atribuído pela biologia, como anatomia, hormônios, fisiologia. Gênero, por outro lado, seria um status alcançado, algo construído por meios psicológicos, culturais e sociais. Para introduzir esse estudo, os professores citavam os trabalhos antropológicos de Margaret Mead⁵, por exemplo. West considera que “fazer gênero envolve um complexo de percepções, interações e atividades

³ Tradução livre feita pela autora, original em inglês.

⁴ Para efeitos desse estudo, não serão abordadas as maiores complexidades de gêneros além do feminino e masculino, em vista de não confundir o leitor ou fugir do tema discutido.

⁵ Para mais informações, checar **Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas** (1935) de Margaret Mead. O estudo empírico da antropóloga demonstrou que havia sociedades em que as mulheres demonstravam características tipicamente associadas aos homens e vice-versa, chegando à conclusão que esses traços de personalidade não seriam herdados do sexo ou da biologia, mas socialmente construídos.

micropolíticas guiadas socialmente” (WEST; ZIMMERMAN, 1987, p. 126) que acabam por atribuir a ideia de expressões naturais femininas e masculinas. Dessa forma, a autora coloca o gênero como uma rotina metódica e recorrente de atividades – em outras palavras, ações cotidianas reiteradas e construídas socialmente.

Já quando se trata dos papéis de gênero, West (1987) considera que são identidades situadas, assumidas de acordo com a demanda da sociedade, e não identidades principais. Além disso, a autora afirma que gênero é mais do que papéis desempenhados, conjunto de traços ou variáveis, constitui-se como um produto de caráter social. A autora aponta que “fazer gênero”⁶ é inevitável por ser uma consequência social da categorização do sexo, e que, se a população continuar a perpetuar esse entendimento, estará simultaneamente sustentando, reproduzindo e legitimando os arranjos institucionais que são baseados nas categorias do sexo biológico. West (1987) ainda propõe formas de enfraquecer o sistema, como mudanças legislativas e ideologias que questionem o arranjo existente (a exemplo do feminismo como movimento). Completando enfatizando que o gênero é uma ferramenta ideológica poderosa e que o entendimento de como é produzido, nas diversas esferas sociais, pode prover um esclarecimento da estrutura interacional social e dos processos de controle que a sustentam.

À medida que as forças armadas começam a permitir a entrada das mulheres – principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial -, surge a necessidade de estudá-las nesse contexto, originando um debate sobre quem é “obrigado” a servir, quem tem o “direito inalienável” de servir e quem “conquistou o privilégio” de servir (FENNER, 1998), questionando assim o status de cidadãs completas das mulheres.

Segal (1999) destaca que até os anos 1970 não havia quase nenhum trabalho sobre a participação feminina nas forças armadas e que trabalhos literários anteriores colocam a instituição como definidora de gênero, visto ser uma tradição que cria ou reafirma a masculinidade entre os homens. Macdonald (1987) acrescenta, ainda, que sendo a guerra definida como uma atividade masculina, na qual as características comumente associadas aos homens são altamente valorizadas, uma guerreira mulher é vista como inquietante para a ordem social.

Para Sjoberg e Via (2010), é importante examinar a construção de gênero no contexto da guerra e do militarismo porque o estudo inclui questões de exploração de como o militarismo produz desigualdade de gênero, bem como gera papéis, expectativas e ideologias de gênero. As

⁶ Traduzido do texto homônimo da autora “*Doing Gender*”, cujo objetivo é questionar se é possível evitar “fazer gênero”. Para mais informações, checar **Doing Gender**, 1987 de West e Zimmerman.

autoras apontam que os trabalhos tipicamente masculinos – assim como a guerra e o militarismo – têm efeitos significativos na vida das mulheres, que constituem a maioria das vítimas civis antes, durante e depois dos conflitos. Elas são o alvo primário dos que usam estupro e gravidez forçada como arma de guerra, são a maioria dos refugiados e vivenciam uma pesada discriminação como membros das forças armadas ou grupos insurgentes, o que acaba por replicar e aumentar desigualdades sociais.

3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS AMERICANAS

Quando se mentaliza o senso comum, é recorrente pensar em conflito armado imediatamente ao escutarmos sobre “história militar”, entretanto, a verdade é que o campo militar abriga bem mais que apenas soldados – a exemplo de enfermeiras, postos administrativos, além da participação informal de esposas, lavadeiras, costureiras etc.. Essa categoria que integra os conflitos foi justamente uma das últimas a admitir mulheres, havendo, inclusive, algumas restrições ainda.

É preciso destacar que as mulheres sempre participaram das guerras, seja de modo direto (vestindo-se de homem e pegando em armas, por exemplo) ou indireto (ajudando com suprimentos, oferecendo abrigo, entre outros), e existem diversos exemplos ao longo da História e ao redor do mundo – Artemísia (480 a.C., Cária, Ásia Menor), Jingo-Kogo (4 d.C., Japão), Boudica (59 d.C., Grã-Bretanha), Joana D’Arc (1412-1431, França), Juana Azurduy de Padilla (1810, América do Sul contra domínio espanhol), as mulheres do Reino de Dahomey (auge em 1818-1858, Dahomey, África) e outros exemplos (COOK, 2006).

O grande engajamento das mulheres em situação de guerra, principalmente a partir da Guerra do Golfo (1990-1991), levantou problemas críticos: a tecnologia e estratégia da guerra contemporânea eliminaram a tradicional linha de frente e tornou a distinção entre funções de combate e não-combate mais complexa e “borrada” (GHAJAR, 2006). Ainda assim, as mulheres eram vetadas de postos de combate na Força Aérea, Marinha e *Marines* pelo Ato de Exclusão de Combate de 1948⁷, e o exército, que não é embarcado pelo Ato, fez sua própria

⁷ O ato em questão fez parte da política de exclusão das mulheres de posições de combate, publicado juntamente com o Ato de Integração das Mulheres no Serviço Armado (*Women’s Armed Services Integration Act*) de 1948, para “estabelecer o Corpo de Mulheres do Exército no Exército Regular, para autorizar o alistamento e a nomeação de mulheres na Força Aérea Regular, Corpo Regular da Marinha e Fuzileiros Navais e nos componentes da Reserva do Corpo do Exército, Marinha, Força Aérea e Fuzileiros Navais, e para outros propósitos” (Lei 80-625). Disponível em: <https://uslaw.link/citation/us-law/public/80/625>

política de exclusão. Apesar disso, Monahan e Neidel-Greenlee (2010) apontam que as definições de combate são flexíveis o bastante para permitir que elas sejam mandadas para situação de combate, desde que não tenham se alistado oficialmente para tal, o que foi visto ao longo dos anos pela participação feminina durante as guerras do Iraque (2003-2008), Afeganistão (2001-) e Kuwait (1990-1991).

3.1 QUESTIONAMENTOS E CRÍTICAS

Importante notar, no entanto, que apesar das participações em serviço supracitadas, as mulheres não eram bem aceitas no âmbito militar, como será apresentado pelas críticas direcionadas à participação feminina. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) acabou por desafiar se as forças armadas precisavam de mais pessoas, se as mulheres poderiam ser oficialmente parte do serviço militar e se elas poderiam fazer o trabalho militar.

Imediatamente surgiram questões sobre elas serem caras e não efetivas, que não conseguiriam aceitar a disciplina militar e que sua inserção nas forças armadas iria masculinizá-las e danificar a América em seu quesito moral, além do ataque feito à moral e à sexualidade das militares (FENNER, 1998).

O crescente número de mulheres no serviço militar, principalmente em áreas que costumavam ser formadas unicamente por homens e as ameaças dos espaços remanescentes puramente masculinos, geraram antipatia e hostilidade endereçadas às militares, que começavam a buscar por direitos de maternidade e diferenciais de saúde, sendo categorizados como “problemas das mulheres” (FENNER, 1998). Além disso, surgiram acusações de que as mulheres não carregavam seu peso em exercícios, que elas distraíam os homens em serviço, que atrapalhavam o laço entre eles e que as ações afirmativas lhes atribuíam benefícios que não mereciam.

Sherrow (2007) observa que as maiores críticas decorrentes dos que são favoráveis à restrição imposta às mulheres são focadas principalmente no quesito de capacidade biológica, conflito com os valores americanos, comprometimento da efetividade militar e degradação da unidade e moral da tropa. De acordo com Mackubin Thomas Owens⁸, apenas 10% das mulheres possuem todos os mínimos requisitos físicos para 75% dos trabalhos do exército; além dos

⁸ Professor do Instituto de Política Mundial, doutor e coronel, veterano da Guerra do Vietnã (1955-1975); para mais informações a respeito de suas obras e pesquisas, checar **US Civil-Military Relations After 9/11: Renegotiating the Civil-Military Bargain** (2011) e **US Foreign Policy and Defense Strategy: The Evolution of an Incidental Superpower** (2014).

argumentos mais comuns, como menor força, rapidez e altura, também é explanado o temperamento naturalmente menos agressivo (moldado por anos de História e exemplificado com os 90% dos presidiários por crimes violentos serem homens)⁹ e estatísticas dos anos 1990 demonstrando que as mulheres veteranas apresentam maiores índices de transtorno de estresse pós-traumático (*post-traumatic stress disorder* -PTSD), bem como casos mais severos.

Ao pesquisarem a respeito, foi identificado pela Divisão de Neurociências Clínicas da Administração Veterana que o cérebro masculino é mais eficiente produzindo neuro esteroides (substâncias que ajudam a lidar com o estresse) e que o cérebro feminino tende a esgotar a serotonina (substância que ajuda no combate à depressão) mais rapidamente, assim como produzi-la mais devagar (SHERROW, 2007, p. 34). Por conseguinte, o argumento principal é que treinamento não reverte diferenças natas; ao fim dele, os homens ainda serão mais rápidos e fortes que as mulheres, e isso significa que elas estarão mais propensas à captura e à morte em situações de combate direto¹⁰.

Em razão da baixa aceitação e dos problemas surgidos decorrentes da entrada das mulheres, foram criados programas que visavam educar os membros militares sobre discriminação sexual, assédio sexual e comportamento antiprofissional. Ademais, Fenner (1998) pontua que as políticas públicas, além desses programas educativos, esqueceram ou ignoraram debates históricos que poderiam ter sido agregadores e instrutivos. Acrescenta, ainda, que o requisito primário – embora não único - para uma integração de sucesso (como mostrado pela luta contra o racismo) seria uma liderança forte. Por outro ângulo, apesar da integração parecer em bom andamento, Fenner (1998) também aponta que atitudes e comportamentos problemáticos permaneciam sobre alguns homens militares; além da falta de autocontrole e autodisciplina, a incapacidade de líderes em trabalhar de forma efetiva com uma cultura de comportamento antiprofissional (até criminal) e a falta de integridade dos oficiais que “cobriam” uns aos outros, tornavam ainda mais sérios os problemas.

A respeito disso, a autora salienta que a pergunta mais importante a servir de ponto de partida é a desconexão entre a ideologia cultural [que permite tais condutas e questiona a entrada das mulheres nas forças armadas] e a filosofia política democrática. Afinal, se sabendo

⁹ Dados apontados por SHERROW, Victoria -Women in the Military (point and counterpoint), 2007, p. 34.

¹⁰ Segundo a definição do exército americano, combate direto significa “Atrair um inimigo com armas individuais ou por tripulação enquanto estiver exposto ao fogo direto do inimigo, uma alta probabilidade de contato físico direto com o pessoal do inimigo e um risco substancial de captura. O combate direto ocorre ao se fechar com o inimigo por fogo, manobra ou efeito de choque, a fim de destruir ou capturar, ou ao repelir ataques por fogo, combate corpo a corpo ou contra-ataque.” (SHERROW, 2007 p. 31).

do risco de captura, tortura e morte, as mulheres ainda tomam a decisão de participar das forças armadas (e até de conflitos diretos), por que colocariam restrições ao seu livre-arbítrio? Fenner (1998) questiona sobre a capacidade de cidadania total das mulheres, considerando que seu livre-arbítrio é restrito e culmina comprometendo, assim, seus direitos como cidadã – visto que a cidadania está intimamente relacionada aos direitos e aos deveres do cidadão perante o Estado (HEATER, 1999).

Em 2013, o então secretário da defesa dos Estados Unidos, Leon Panetta, anuncia oficialmente o fim das restrições para que mulheres sirvam em combate nas forças armadas americanas¹¹ (ESCOBAR, 2013). Egnell (2013) pontua que as preocupações decorrentes do anúncio de Panetta vêm de diversas formas, tanto com questões de licença maternidade quanto com questionamento sobre a efetividade das forças armadas (ou decadência dela) à proporção que as mulheres são integradas. Será que a participação feminina em combate prejudicaria a efetividade militar no campo de operações? O autor elabora que, embora seja uma preocupação justa e racional, ela parte da suposição errônea de que a estrutura e a cultura militar existente já tenham atingido a excelência em guerra. Segundo essa suposição, a integração das mulheres em combate seria um “mal necessário”, de forma que o pensamento a seguir seria de como integrá-las com o mínimo de dano possível. No entanto, Egnell (2013) aponta que esse processo já geraria um ponto de partida negativo, ainda mais se considerado que comandantes e soldados que já serviram com mulheres declararam que “não é grande coisa” e não há nenhuma mudança desde que elas sejam competentes.

Por outro ângulo, a integração das mulheres deveria ser vista, segundo Egnell (2013) como uma oportunidade para revisar a cultura e estrutura das forças armadas, visando maximizar sua efetividade em guerras contemporâneas. Outro exemplo citado pelo autor é no caso do treinamento dos *Marines*¹², no qual houve a preocupação de baixarem os padrões devido à aceitação de mulheres, mesmo quando o comandante afirmou veementemente que isso nunca aconteceria e que os padrões são de gênero neutro. Egnell (2013) questiona sobre os padrões físicos serem considerados sagrados, visto que já existiu baixa de padrões anteriormente¹³ e não houve tamanha discussão; o autor conclui que todos os padrões e métodos

¹¹Para maiores detalhes, ver: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Artigos-em-Destaque/2019/Rompendo-Barreiras-a-Ascensao-Profissional-da-Mulher-Militar/>

¹²O autor trata do *Marine Corps' Infantry Course*, em Quântico, Virgínia, onde se formam turmas de elite das forças armadas americanas.

¹³Egnell (2013) exemplifica: em 2005/2006 foi retirada a necessidade de graduação do ensino médio, bem como a aceitação de menor pontuação de aptidão. Para mais informações, checar **Gender Perspective and Fighting**, EGNELL, Robert, 2013 p. 35 In: **Women in Battle**.

de treinamento devem ser revisados para avaliar se ainda refletem a capacidade necessária em combates, além dos novos padrões deverem sempre ser gênero-neutro e adverte que isso significa que, na prática, certas unidades serão impossíveis ou muito difíceis para as mulheres entrarem.

Ainda a respeito do problema dos padrões, Cohn (2000) realiza um estudo que aponta a questão de “justiça” e “baixa de padrões” como maiores argumentos dos homens militares contra a integração da parcela feminina; no entanto, a autora identifica que em partes das falas dos entrevistados era possível ver uma sugestão de um problema mais complexo, relacionado a uma raiva generalizada por ter mudanças. O argumento desses homens, a autora aponta, passa por um destaque revelador de dados, a exemplo do foco que conota para a inferioridade das militares em treinamento físico, enquanto o que deixam de fora é também importante; Cohn (2000) questiona, então, quais os padrões que faltam? A resposta é dada pelo estudo do Departamento de Defesa em 1978:

A mulher média disponível para ser recrutada é menor, pesa menos e é fisicamente mais fraca que a grande maioria dos recrutas do sexo masculino. Ela também é muito mais brilhante, mais instruída, tem pontuações muito mais altas nos testes de aptidão e é muito menos provável que se torne um problema disciplinar. (COHN, 2000 p. 140)¹⁴

Dessa forma, embora seja tanto irresponsável como perigoso ignorar o problema da capacidade física (COHN, 2000), é perceptível que as pessoas contrárias à integração das mulheres nas forças armadas por vezes não enxergam o potencial positivo que elas podem agregar. Egnell (2013) apresenta, ademais, o impacto positivo das mulheres na esfera militar, afirmando que elas têm o potencial de somar novas capacidades e aumentar a efetividade no geral, tais como: ampliar a capacidade de recolhimento de informações e análise da unidade, ganhar acesso a mulheres locais, desenvolvendo um melhor entendimento das condições e cultura local, assim como melhorando o relacionamento da tropa com a comunidade, o que legitima a unidade.

O autor declara, todavia, que primeiro é necessária uma mudança de mentalidade por parte dos comandantes e planejadores para o uso do total potencial das mulheres como parte das forças armadas. Ambos os lados do debate possuem argumentos válidos e, aparentemente, o modo mais eficaz de prosseguir na teoria é questionando se o modelo de treinamento militar

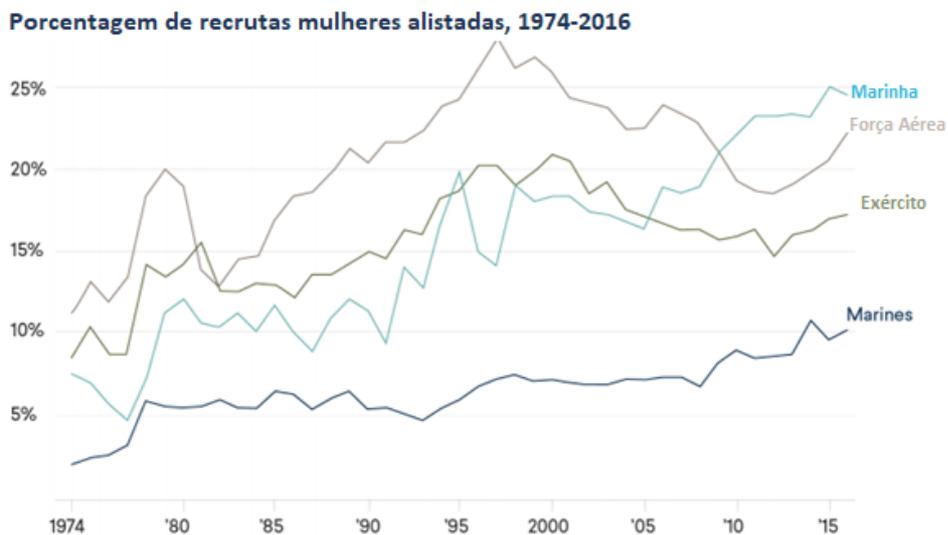
¹⁴A autora cita um estudo feito pelo Departamento de Defesa Americano no ano de 1978, intitulado “*Background Study*”, não mais disponível no site oficial do Departamento.

atual é o mais efetivo, como proposto por Egnell (2013), enquanto, de forma prática, é necessário um estudo empírico da participação das mulheres nas forças armadas.

3.2 DADOS

Reynolds e Shendruk (2018) ressaltaram que, após a retirada da conscrição militar em 1973, o percentual de mulheres alistadas cresceu de 2% para 16%, enquanto no corpo de oficiais a porcentagem aumentou de 8% para 18%. Historicamente, a maior participação feminina é evidente na Força Aérea, embora nos últimos anos a Marinha também apresente um percentual semelhante; em ambos os serviços, um em cada cinco alistados é mulher (REYNOLDS e SHENDRUK, 2018). O Exército demonstra números mais baixos, embora o Corpo de Fuzileiros Navais apareça como serviço com menor participação feminina durante todo o período histórico analisado, conforme apresentado no Gráfico 1:

Gráfico 1: Porcentagem de Mulheres Recrutadas Alistadas entre 1974-2016.



Fonte: REYNOLDS e SHENDRUK, 2018. *Demographics of the U.S. Military. Council of Foreign Relations.*

Ao analisar as diferenças de postos, McKay (2019) delinea como funções dos alistados a participação ou apoio em operações militares, operar, manter e reparar o equipamento, supervisionar o novo pessoal e executar tarefas técnicas e de suporte. O contingente enumerado trabalha na administração, especialidade em combate, construção, reparo de equipamentos eletrônicos e elétricos, assistência médica, desenvolvimento de recursos humanos, serviço de suporte, entre outros. Os oficiais também podem servir em

diversas áreas, como explana MacKay (2019): planejamento de operações militares, supervisão de funções administrativas pelos oficiais executivos, administrativos e gerenciais, agentes de saúde, recrutamento, colocação e treinamento por oficiais de desenvolvimento de recursos humanos, serviços de proteção, transporte e logística, além de oficiais que trabalham em sua área de especialidade, como direito, ciências atmosféricas, meteorologia, ciências biológicas, ciências sociais ou outras. Para melhor compreensão entre a diferença dos gêneros por serviço, pode-se analisar Quadro 1:

Quadro 1: Quantidade de militares por serviço e status em 2018.

Serviço e status	Mulheres	Homens	Total	Porcentagem feminina
Força Aérea				
Alistadas	50.750	207.265	258.015	19,70%
Oficiais	12.835	48.309	61.144	21%
Marinha				
Alistadas	52.159	215.127	267.268	19,50%
Oficiais	10.009	44.105	54.114	18,50%
Exército				
Alistadas	53.643	322.624	376.267	14,20%
Oficiais	15.748	75.353	91.101	17,30%
Corpo de Fuzileiros Navais				
Alistadas	13.933	149.159	163.092	8,50%
Oficiais	1.618	19.717	21.335	7,60%

Fonte: elaborado pelos autores com base em *Service Women's Action Network*, 2019¹⁵.

King (2013) relembra que, apesar dos esforços para integrarem as mulheres desde a década de 1970, elas ainda constituem 15%¹⁶ das forças armadas, e não parece que irão crescer significativamente no futuro. Aliás, como o autor menciona, uma parcela feminina de 15% numa força de trabalho não constituiria nem ao menos uma minoria genuína, mas um *token*¹⁷; esse termo foi utilizado por Kanter (1977) para explicar o papel de minorias numa força de trabalho, bem como as suas repercussões sobre essa parcela¹⁸.

¹⁵Relatório "Women in the Military: where they stand", 10ª edição, 2019. Disponível em: <https://www.servicewomen.org/wp-content/uploads/2019/04/SWAN-Where-we-stand-2019-0416revised.pdf>. Último acesso em 10/11/2019.

¹⁶Dados da época em que ele escreveu, no ano de 2013; segundo o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, no ano de 2018 o contingente feminino total era de 16,2%.

¹⁷Para mais informações sobre o termo e a pesquisa da autora, checar em KANTER, Rosabeth M. **Men and Women of the Corporation**, 1977.

¹⁸Será posteriormente citado novamente.

Ao se analisar os números atuais, não se observa grande diferença: segundo dados de 2019¹⁹, 65.076 mulheres integram a Força Aérea (aproximadamente 20 a cada 100 militares desse serviço), 70.713 integram o Exército (aproximadamente 15 em 100), 15.999 fazem parte do Corpo de Fuzileiros Navais (aproximadamente 9%, o mais baixo de todos os serviços) e 63.999 mulheres estão presentes na Marinha (quase 20 de cada 100).

Dentre os dados, as três carreiras mais comuns entre as mulheres alistadas são de administração e suporte funcional, especialistas em saúde e manipuladores de suprimentos e serviços; já para as oficiais femininas, os trabalhos mais recorrentes são oficiais de cuidado com a saúde, oficiais de operação tática e administradoras. Esses dados apontam para outra preocupação das teóricas feministas, os postos das mulheres que conseguem integrar às forças armadas; como já visto anteriormente, junto à possibilidade de alistarem-se no exército, as mulheres passaram por certos percalços legais que as impediam de alcançar alguns postos e tarefas. Com o anúncio do então secretário da Defesa, Leon Panetta²⁰, em 2013, todas as barreiras legais (em teoria) são retiradas, acabando com a discriminação legal que as mulheres enfrentavam e podendo, por esse motivo, ocuparem qualquer cargo e posto que um homem, inclusive atuar em conflito direto.

Como pode ser observado no Gráfico 2, o quantitativo de mulheres oficiais é reduzido, no qual a Força Aérea, que possui maior contingente de oficiais femininas, constitui pouco mais de 20%. Além do fato dos números de oficiais (assim como números femininos no geral) serem muito baixos no Corpo de Fuzileiros Navais. Isso pode ser observado em razão dos altos padrões físicos e de treinamento apresentado pelos *Marines*²¹. Ainda a respeito deles, o *Service Women's Action Network* (2019) aponta duas políticas que estão dificultando o processo de integração das mulheres em combate direto, ambas relacionadas ao Corpo de Fuzileiros Navais: a política “líderes primeiro”, presente no Exército e no Corpo de Fuzileiros Navais, que exige a designação de duas mulheres oficiais para uma unidade antes que mulheres possam alistar-se nela²² e a contínua segregação de homens e mulheres alistados durante recrutamento e

¹⁹Obtidos no Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Disponível em: https://diversity.defense.gov/Portals/51/Documents/Demographics_Info/Demographic%20Portrait%20of%20Active%20Duty%20and%20DoD%20GS%20Civilian%20Women_2019.pdf?ver=2019-02-27-125616-220

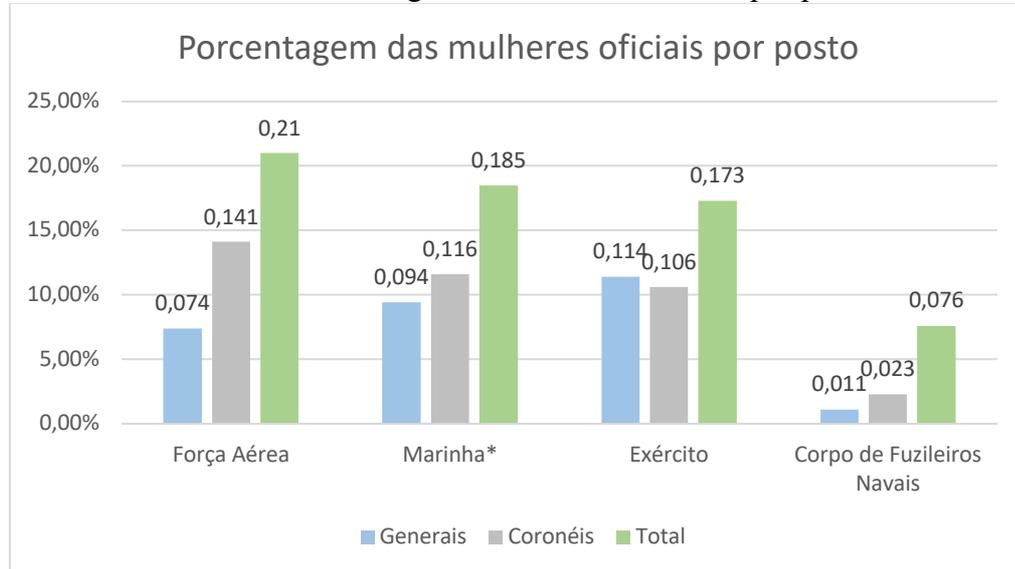
²⁰Para ler um exemplo de notícia, acessar: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Artigos-em-Destaque/2019/Rompendo-Barreiras-a-Ascensao-Profissional-da-Mulher-Militar/>

²¹*Marines* é o termo oficial, enquanto a tradução em português para o serviço é Corpo de Fuzileiros Navais, levando à errônea percepção de que eles poderiam estar submetidos à Marinha, quando na realidade são um serviço à parte das forças armadas americanas.

²²*Service Women's Action Network* (2019) aponta que essa política tem um impacto particular nas unidades de infantaria da Guarda Nacional, porque a maioria dos estados ainda não possui mulheres oficiais de infantaria em suas unidades da Guarda.

treinamento dos *Marines* que acaba sendo prejudicial à integração feminina nas forças armadas americanas.

Gráfico 2: Porcentagem das mulheres oficiais por postos.



Fonte: elaborado pelos autores com base em *Service Women's Action Network*, 2019.²³

Outra importante questão diz respeito às mulheres veteranas; segundo o *Service Women's Action Network* (2019), elas diferem dos homens em duas questões mais aparentes: a média de idade da mulher veterana é inferior do que dos homens (ver Quadro 2) e elas são mais prováveis de participarem de um grupo minoritário (étnico, por exemplo). A respeito das veteranas, algo que se faz imprescindível analisar é o tratamento reservado a elas, visto que em 1983 o Congresso americano estabeleceu a Secretaria de Grupos Consultivos em Assuntos Veteranos de Mulheres Veteranas²⁴, que realizou um estudo de qualidade de tratamento feito em 2008 nas instalações da Administração Veterana, descobrindo que, em um terço das instalações, as mulheres veteranas recebiam cuidados de qualidade inferior quando comparados aos homens (SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK, 2019).

Em estudo realizado pela *Service Women's Action Network* (2018)²⁵, a partir do qual mais de 60% das participantes eram veteranas e mais de 22% eram aposentadas, mais de 60%

²³*A Marinha dos Estados Unidos não utiliza as patentes "general" e "coronel", ao contrário das outras forças armadas. Em seu caso específico, general é substituído por "oficiais de bandeira", podendo ser almirante, vice-almirante ou contra-almirante, enquanto coronel é substituído por "capitão". Para melhor entendimento da tabela (e para não poluí-la com muita informação), foi deixado apenas um termo.

²⁴Tradução Livre. Em seu original: Secretary of Veterans Affairs Advisory Groups on Women Veterans.

²⁵Estudo disponível em: <https://www.servicewomen.org/wp-content/uploads/2018/02/2018-Annual-Summit-Report-Final.compressed.pdf>. Acesso em 11/11/2019.

das entrevistadas apontaram que o serviço militar impactou negativamente seu bem-estar mental, enquanto mais de 66% se sentiram negativamente impactada em seu bem-estar físico.

Esses dados ajudam a entender a relevância do cuidado e do tratamento garantido aos veteranos, razão pela qual não se pode fazer um trabalho de qualidade inferior, especialmente ao se considerar os dados apresentados pela pesquisa da Divisão de Neurociências Clínicas da Administração Veterana. Nesse estudo, foi indicado que o cérebro feminino tende a esgotar a serotonina (substância que ajuda no combate à depressão) mais rapidamente, assim como produzi-la mais devagar (SHERROW, 2007, p. 34). Assim, pode-se compreender uma possível razão pela qual os dados da década de 1990 demonstrarem que as mulheres veteranas apresentam casos mais recorrentes e mais graves de estresse pós-traumático (*post-traumatic stress disorder* - PTSD)²⁶. Estes dados também são expostos pela *Service Women's Action Network* (2018), já citado acima, porque mais de 60% das entrevistadas apresentam algum tipo de desordem depressiva diagnosticada por um profissional da saúde, bem como mais de 51% revela ter sido diagnosticada com algum grau de estresse pós-traumático.

Quadro 2: Quantidade e Porcentagem de Veteranos por Gênero e Idade (2019).

	Mulheres		Homens	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Abaixo de 45 anos	767.000	37,80%	3.404.000	18,50%
Entre 45 - 64 anos	878.000	43,90%	5.911.000	32,10%
Acima de 65 anos	365.000	18,20%	9.072.000	49,30%
Total	2.000.000	9,80%	18.388.000	90,20%

Fonte: elaborado pelos autores com base em *SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK*, 2019.

Outras estatísticas do *Pew Research Center* (2011)²⁷ apontam que as mulheres veteranas têm tanta dificuldade quanto os homens veteranos ao retornarem, apresentando traumas emocionais ou experiências estressantes enquanto serviam – 47% das mulheres e 42% dos homens – tanto quanto têm dificuldades semelhantes ao retornarem à vida civil, a porcentagem entre homens e mulheres sendo praticamente iguais, 45% e 43%, respectivamente. Por outro lado, é importante também explicar que 97% das mulheres entrevistadas e 96% dos homens sentem-se orgulhosos de seu serviço; ainda assim, a pesquisa também aponta que as mulheres veteranas tendem a ter uma visão crítica sobre as guerras maior do que a dos homens

²⁶Para mais informações, checar SHERROW, Victoria. **Women in the Military (point and counterpoint)**, 2007.

²⁷Disponível em: <https://www.pewsocialtrends.org/2011/12/22/women-in-the-u-s-military-growing-share-distinctive-profile/>. Acesso em 11/11/2019.

– 63% das mulheres e 47% dos homens acreditam que o Iraque não compensou o esforço da empreitada, enquanto 54% da parcela feminina e 39% da masculina julgam que o Afeganistão não valeu a guerra.

3.3 DESAFIOS

O *Defense Advisory Committee on Women in the Services* (2017) elaborou um relatório²⁸ sobre integração feminina nas forças armadas e destacou a existência de lacunas na comunicação que acabam por criar percepções errôneas e persistentes sobre a integração das mulheres nas forças armadas. Durante a pesquisa, foi demonstrado que um grande número de participantes não estava informado a respeito dos planos de integração de gênero dos próprios serviços, sendo preciso se basearem em informações midiáticas, rumores e relatórios potencialmente tendenciosos. Com isso, a maioria dos grupos focais afirmaram que as primeiras impressões sobre a integração foram negativas (*DEFENSE ADVISORY COMMITTEE ON WOMEN IN THE SERVICES*, 2017).

Alguns grupos focais da pesquisa apontaram que a atenção destinada às primeiras mulheres, que foram integradas com sucesso, foi tão destrutiva quanto se não tivesse atenção alguma (*DEFENSE ADVISORY COMMITTEE ON WOMEN IN THE SERVICES*, 2017). Isso indica a transformação dessas mulheres, especialmente as primeiras, em símbolos, ou, como Kanter (1977) observou em sua teoria sobre participação feminina em espaços, nos quais são minoria, em *tokens*²⁹. Sendo assim, carrega também alguns dos pontos negativos que a autora observou, tal como foram apresentadas no estudo empírico de Carreiras (2008), como pressões em suas performances resultado da visibilidade excessiva. Esta, por sua vez, acaba por gerar uma situação de diferentes pesos e medidas: se a mulher é positivamente avaliada, seu sucesso é considerado individual, enquanto se for negativamente avaliada, o fracasso é associado a toda a parcela feminina. Em razão disso, os *tokens* – parcela minoritária – acabam sendo emblemáticos e muitas vezes alvos de grande estigma, de modo que sua participação tende a guiar as concepções dos outros acerca de todo o segmento; nesse ponto, é possível perceber o

²⁸ Disponível em:

https://dacowits.defense.gov/Portals/48/Documents/Reports/2017/Annual%20Report/DACOWITS%202017%20Annual%20Report_FINAL.PDF?ver=2018-02-28-222504-937. Acesso em 11/11/2019.

²⁹Referente à teoria criada por Rosabeth M. Kanter, na qual as mulheres, quando em minoria em um ambiente majoritariamente masculino, transformam-se em *tokens*, ou símbolos, apresentando pontos negativos que se fazem pertinentes a este trabalho. Para mais informações, checar KANTER, Rosabeth M., **Men and Women of the Corporation**, 1977.

efeito negativo que o estigma carrega, diferentemente da ideia de pioneirismo que as mulheres poderiam carregar.

Outro efeito negativo do tokenismo de Kanter que Carreiras³⁰ (2008) aponta é um mecanismo chamado contraste, um exagero de diferenças entre a parcela minoritária (feminina) e majoritária (masculina); uma das consequências produzidas por esse efeito é o isolamento social e a exclusão de redes informais, o que faz com que as mulheres se sintam sozinhas e excluídas do grupo. Um ponto interessante que Carreiras (2008) identifica nas entrevistas é que, apesar da entrada feminina ser vista negativamente em ambientes de operações especiais, cujo comportamento tipicamente masculino é valorizado, em ambientes menos extremos a entrada das mulheres é, por vezes, vista como relaxante e calmante, gerando uma moderação de linguagem e comportamento, mudando a mentalidade e atmosfera do esquadrão.

A terceira consequência mais aparente no tokenismo que Carreiras (2008) identificou nas entrevistas foi o encapsulamento de função³¹, em outras palavras, a distorção das características das mulheres para se encaixarem nos estereótipos existentes. A ambiguidade entre ser mulher e ser soldado parece ser uma referência permanente que os militares identificam, o que leva às mulheres a precisarem provar-se em ambos os papéis: não podem ser “femininas demais” por causa do ambiente militar, mas também não podem fugir muito das normas apropriadas a seu gênero, às vezes sendo chamadas atenção por causa de sua aparência³². Além do ambiente militar gerar certo controle sobre o comportamento feminino, outro fenômeno que Carreiras (2008) aponta é o controle da sexualidade das mulheres.

King (2013) é outro a afirmar que a sexualidade é um problema, pois, além da ideia de que afeta a coesão da unidade, visto que os homens começariam a se enfrentar pela atenção feminina, existe também uma ideia de medidas diferentes sobre a sexualidade dos gêneros. Tanto as militares americanas quanto as canadenses identificaram a fraternização como extremamente perigosa, apontando que não importa quão competente a mulher seja, se ela “dormir por aí”³³, vai não apenas arruinar sua reputação, mas de toda a parcela feminina, o que

³⁰A pesquisa e entrevista de Carreiras não foi feita com militares americanas, mas foi usada nesse trabalho para apontar problemas aparentes de forma recorrente em mulheres militares de modo geral. O intuito foi apresentar alguns problemas para a integração das mulheres em forças armadas, não apenas dos Estados Unidos, porém, obstáculos que poderiam ser vistos em qualquer militar.

³¹Tradução livre, no original: *role encapsulation*.

³²Entre as entrevistas de Carreira (2008), pode-se encontrar frases ditas às militares como “você precisa raspar as pernas”, “mulheres não podem raspar a cabeça completamente” e “você deve se comportar como mulher”.

³³Retirado da entrevista de KING, 2013.

as obriga a abdicar de qualquer contato sexual dentro de sua unidade e, por vezes, até amizade com militares homens porque poderia ser interpretado de forma errônea.

O problema que King (2013) destaca é que os homens não são tratados da mesma forma: eles podem ter relações sexuais com outras militares e, portanto, serem igualmente responsáveis pela quebra de coesão da unidade, sem que percam sua reputação. Em razão disso, King (2013) identifica a cultura masculinizada das forças armadas como um impedimento estrutural para a integração feminina, concluindo que, por causa das presunções sexuais masculinas, talvez nunca seja possível tratar as mulheres militares como iguais.

Essa estrutura masculinizada acaba gerando também formas mais agressivas de discriminação, como assédio de gênero e assédio sexual, por exemplo. Segal (1999) distingue as duas formas de assédio, assim como outros autores antes dela, apontando que assédio de gênero provém do desrespeito em razão do gênero, incluindo resistir à autoridade feminina, observar constante e criticamente as mulheres e usar seus erros como evidência da inferioridade feminina, o que inclui fofoca, rumores, sabotagem do trabalho e equipamento das militares e até ameaças indiretas.

Já o assédio sexual pode ser dividido em duas categorias para melhor exemplificação, segundo Firestone e Harris (1994): assédio individual, incluindo tentativa ou de fato estupro, ataque, pressão para encontros ou favores sexuais, acuar ou tocar sexualmente, cartas e ligações com teor sexual, entre outros, e assédio ambiental³⁴ que inclui brincadeiras e piadas sexuais, olhares e gestos sugestivos, assovios, ligações e buzinas de teor sexual, todos mais generalizados, diferenciando-se da individualização da primeira categoria.

O assédio sexual é um dos maiores problemas averiguados a respeito da integração feminina nas forças armadas. Parte do problema pode decorrer da histórica ligação dos estupros como armas de guerra, do tradicional papel de gênero das mulheres – como subordinadas aos homens -, da mentalidade masculinizada e da necessidade de reafirmação da masculinidade sugerida por King (2013). O *Service Women's Action Network* (2019) ressalta que mulheres e homens lidam com assédio sexual em todas as eras, embora o Departamento de Defesa americano só tenha começado a reconhecer a questão como problema no fim da década de 1970 e, mesmo então, não percebeu a necessidade do combate ao assédio até o escândalo Tailhook³⁵

³⁴Tradução livre, no original: *environment harassment*. Pode também ser traduzido para assédio de ambiente.

³⁵Um escândalo durante a Convenção da Associação Tailhook da Marinha em 1991, na qual alguns homens apresentaram camisas e posters indicando que as mulheres “são propriedades” e estavam lá para servi-los. Nesse encontro, 83 mulheres e 7 homens foram vítimas de assédio e ataques sexuais, vários participantes apontando que certos oficiais estavam cientes dos ataques, mas não fizeram nada para impedir. Esse escândalo gerou investigações

em 1991. Ainda assim, apesar dos esforços do Departamento de Defesa para eliminar o problema, assédio e ataques sexuais continuam uma realidade. Wadham (2017) aponta que os países anglófonos como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália estão se engajando numa “mudança cultural” de suas forças armadas, tentando, dessa maneira, lidar com as questões de violência dentro do âmbito militar.

Firestone e Harris (1994) delineiam alguns elementos importantes ao analisar o assédio sexual, dos quais grande parte dos autores concordam: assédio sexual de mulheres em seus ambientes de trabalho é bem difundido, homens também são vítimas, apesar de serem em menor número. O assédio sexual tem consequências severas tanto individual quanto organizacionalmente e, finalmente, às políticas existentes contra o assédio sexual faltam consistência e esforço. Entre os entrevistados, foi demonstrado por Firestone e Harris (1994) que tanto a maioria dos homens (51,8%) quanto a maioria das mulheres (74,6%) têm ciência da extensão de assédios sexuais em seus serviços, ou por serem a vítima, ou por conhecerem alguém que seja. Achado igualmente importante da pesquisa foi que, mesmo sendo o serviço com menor incidência de assédio e ambiente hostil, a Força Aérea não obstante apresentou 67,8% das mulheres com conhecimento de assédios e 65,5% responderam ser um ambiente hostil, o que leva à conclusão de que, em todos os serviços das forças armadas americanas, mais da metade das mulheres sentem-se em ambiente hostil e com possibilidade de assédio sexual. Firestone e Harris (1994) concluem ainda que o período do fim da década de 1980 e início da década de 1990 garantiu uma importante mudança na mentalidade militar e em seu posicionamento perante o assédio sexual, passando de uma ação endêmica da esfera militar para um comportamento inaceitável.

Em pesquisa com grupos focais, o *Service Women's Action Network* (2018) identificou que três das quatro causas mais respondidas sobre impacto negativo na saúde mental das veteranas são praticamente relacionadas ao gênero, sendo elas: trauma ou abuso sexual, assédio sexual e machismo ou discriminação de gênero. Outro fenômeno interessante de se avaliar a respeito disso é o chamado paradoxo da discriminação apontado por Carreiras (2008), exemplificado quando as mulheres militares eram perguntadas especificamente sobre resistência masculina à integração, muitas responderam que nunca sofreram individualmente, mas conheciam casos de discriminação explícita.

e protestos, servindo de estopim para que o Departamento de Defesa prestasse mais atenção ao problema do assédio. Para mais informações, checar SHIELDS, Patricia M. *The Mother of All Hooks: The Story of the U.S. Navy's Tailhook Scandal*, 1998.

No entanto, Carreiras (2008) indica que, no decorrer da entrevista, as mesmas mulheres reconheciam obstáculos e dificuldades de aceitação das mulheres em geral e de forma individualizada; a autora então pondera que essa hesitação em falar sobre discriminação e a aparente contradição dessas mulheres pode ser proveniente de dois processos inter-relacionados, em que por um lado há a necessidade de evitar uma imagem negativa sobre o processo de integração e, por outro, a reinterpretação desses problemas como dificuldades, e não discriminação, que serve para criar uma imagem institucional positiva. O diagnóstico de discriminação, aponta Carreiras (2008), soa como dissidência e pode prejudicar as chances de a parcela feminina ser aceita no contexto militar, além de servir para colocá-las em um indesejado papel de vítima.

A noção de que essas mulheres estariam se colocando no papel de vítima nasce a partir da percepção dos homens, de forma generalizada, de que elas estariam entrando nas forças armadas por critérios mais brandos. King (2015) alerta, todavia, que apesar de algumas teóricas feministas defenderem uma leniência nos padrões físicos, buscando a equidade como forma de integrar as mulheres às forças armadas, juntamente à argumentação de que, com a era digital, a guerra se torna menos física, os padrões altos devem ser mantidos, ainda que isso “dificulte” a participação feminina:

A guerra continua sendo uma brutal luta de vontades, como demonstram os conflitos na Síria, Iraque e Ucrânia. Não importa quão bons sejam seus equipamentos, a eficácia em combate das forças terrestres da OTAN dependerá finalmente da força e resistência física bruta de suas tropas. O sucesso da integração feminina não pode comprometer essa eficácia de combate. Assim, para manter a eficácia do combate, embora a validade de certos testes de seleção deva certamente ser revisada periodicamente, é imperativo que os padrões físicos sejam mantidos como requisito de entrada nas armas de combate.³⁶ (KING, 2015, p. 24)

King (2015) acrescenta ainda que, em forças armadas profissionais, os militares devem poder confiar nas capacidades de treinamento um do outro, criando uma coesão muito além de etnicidade, masculinidade ou patriotismo. Nota-se a ascensão de uma coesão militar baseada no profissionalismo, bem como Haring (2013) enfatiza, ao dizer que a coesão não tem a ver com traços em comum, no entanto, com objetivos coletivos.

Na mesma percepção, Carreiras (2008) destaca que as oficiais de seu estudo apresentam maior ressentimento no que tange à existência de discriminação “positiva” do que a negativa; ou seja, a existência de políticas, regras ou padrões específicos para as mulheres, bem como o tratamento “paternal” e protecionista por parte dos homens. Essas discriminações

³⁶Tradução livre pela autora, material disponível em inglês.

visando uma equidade e, por conseguinte, melhor integração, acabam prejudicando as mulheres, pois são vistas como negativas, desiguais e injustas, gerando rejeição e atitudes machistas. Carreiras (2008) também indica que outras mulheres costumam ser críticas sobre as que aceitam favores e benefícios, igualmente como estão sempre em um dilema, haja vista aceitar a “proteção” é aceitar ser diferente e gerar rejeição dos colegas homens, enquanto não aceitar por vezes acaba significando confrontar a autoridade masculina e mandar uma mensagem de presunção e excessiva rigidez.

Destarte, a melhor forma de sintetizar a resistência à integração das mulheres nas forças armadas parece ser o que King (2013) concebe como cultura masculinizada das forças armadas, já citado no decorrer desse trabalho. Dessa percepção, surgem obstáculos maiores não apenas para a integração, todavia para o bem-estar físico e mental das militares, como os assédios, estupros e a falta de cuidado ao voltarem à sociedade como veteranas. Se elas, uma vez dentro das forças armadas, forem respeitadas e aceitas como parte da unidade, podem prover uma contribuição vital para a tomada de decisão, do mesmo jeito que para o pensamento crítico e criativo, como Haring (2013) demonstra em pesquisa, apontando que há melhora de inteligência coletiva, coesão, sucesso organizacional e diversidade assim que há entrada das mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo procurou mostrar se e como ocorreu a integração das mulheres nas forças armadas americanas, no espaço público e, em especial, no âmbito militar, espaços comumente voltados para a população masculina. Apenas no século XX, durante as guerras mundiais houve a abertura para a possibilidade de as mulheres integrarem as forças armadas como militares, recebendo o status, os benefícios e os desafios vindos com o trabalho. No entanto, essa abertura decorreu da baixa de homens durante as guerras, fazendo com que a necessidade se tornasse mais urgente do que os papéis de gênero da época e, embora tenha sido importante para que as mulheres se integrassem no mercado de trabalho de forma mais ampla, ainda eram alvo de preconceito e menores direitos e salários.

Com o passar dos anos, os projetos de integração feminina foram se tornando permanentes à medida em que elas se provavam competentes para o trabalho militar, até sua participação massiva nos conflitos da Guerra do Golfo (1990-1991). Foi então que o debate acerca da atividade feminina em conflitos diretos foi modificado, visto que as circunstâncias já

demonstravam que as mulheres eram capazes de aguentar cenários extremos, captura, tortura e morte. Parte do debate migrou, então, para se a integração seria prejudicial à chamada eficiência militar; juntamente, surgiram acusações de que as mulheres não aguentavam os padrões físicos, distraíam os homens de seus serviços e atrapalhavam a coesão da unidade.

King (2013) salienta que os padrões físicos e a sexualidade sempre serão um problema; por um lado, embora os conflitos estejam mudando de acordo com a evolução tecnológica, o autor afirma que o contingente físico sempre será necessário, de forma que as mulheres devem ser integradas pelos mesmos padrões físicos dos homens, mesmo que isso signifique ter pouca participação feminina em algumas unidades. Ainda assim, King (2013) e Egnell (2013) enfatizam a necessidade de revisão dos padrões de tempos em tempos, visto que a tecnologia de fato modifica a perspectiva da guerra.

Como expresso, o respeito (ou a falta dele) é um dos problemas que as mulheres enfrentam ao adentrar a esfera militar, o que seria facilitado caso entrassem em padrões iguais aos masculinos, renunciando à chamada discriminação positiva (políticas específicas para o gênero feminino). Isso parece ser consequência do que King (2013) chama de cultura masculinizada da instituição militar, só podendo acabar de fato quando houver uma mudança de mentalidade, o que o autor aponta que só é possível com liderança forte. Outros grandes obstáculos enfrentados pelas mulheres que prejudicam a integração feminina nas forças armadas americanas e que podem ser vistos como consequência da supracitada mentalidade masculinizada diz respeito ao assédio sexual e de gênero.

Embora a atenção dos militares e do Congresso americano só tenham se voltado para casos de assédio depois do escândalo de Tailhook, estes são comuns dentro do ambiente da guerra desde épocas imemoriais, e continua com números absurdos dentro das forças armadas americanas, mesmo depois das investigações e da implementação de políticas antiassédio. Outro ponto debatido nesse material diz respeito ao tratamento concedido às veteranas que, segundo pesquisas, é inferior ao dos homens em um terço das instalações ambulatoriais militares, mesmo que o material aponte que as mulheres sofrem tanto quanto -ou mais- de transtornos depressivos e pós-traumáticos que os homens, de forma que deveriam ter, no mínimo, o mesmo tratamento garantido aos colegas de trabalho.

Por fim, percebe-se que a integração das mulheres nas forças armadas já vem ocorrendo desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No entanto, as várias barreiras legais impediam que essa integração acontecesse totalmente, sendo aos poucos retiradas até que em 2015 todas elas caíram, restando apenas duas políticas do Exército e Corpo de Fuzileiros Navais

prejudicando a integração. Apesar dos citados serem os únicos obstáculos legais, na prática existem questões como o preconceito, o assédio, a falta de respeito e outros que impedem que as mulheres atinjam a igualdade. Para tal, o que parece ser a solução é a mudança de pensamento e cultura dentro da estrutura militar, um trabalho a ser modificado ao longo do tempo e com objetivo a longo prazo, necessitando de medidas mais imediatas como políticas contra o assédio e estudos de integração que busquem pesquisar e ouvir as necessidades das mulheres, tudo isso sendo possibilitado por uma liderança forte dentro das forças armadas.

Destarte, o objetivo deste estudo não foi exaurir o tema, que se mostra tão importante quando referente à busca pela igualdade entre os gêneros, mas apenas mostrar uma parcela da luta das mulheres para entrar em diferentes mercados de trabalho e cumprir sua cidadania de forma completa. É interessante notar que o tema ainda se faz pertinente por diversas óticas, necessitando de novos estudos na área e de mais conhecimento a respeito da questão. As mulheres conseguiram entrar no ambiente militar, porém ainda não são plenamente aceitas; a partir da integração, faz-se necessário estudos que busquem a melhor integração e igualdade, ao mesmo tempo em que se almeje melhorar as forças armadas se utilizando da parcela feminina, visto que não há mais como retroceder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARREIRAS, Helena. From Loyalty to Dissent: How Military Women Respond to Integration Dilemmas. **Women in the Military and in Armed Conflict**, [s.l.], p.161-181, 2008. VS Verlag für Sozialwissenschaften.

COHN, Carol. "How Can She Claim Equal Rights When She Doesn't Have to Do as Many Push-Ups as I Do?". **Men And Masculinities**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.131-151, out. 2000. SAGE
COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006.

DEFENSE ADVISORY COMMITTEE ON WOMEN IN THE SERVICES (Org.). **2017 Annual Report**. 2017. Disponível em: <https://dacowits.defense.gov/Portals/48/Documents/Reports/2017/Annual%20Report/DACOWITS%202017%20Annual%20Report_FINAL.PDF?ver=2018-02-28-222504-937>. Acesso em: 15 nov. 2019.

Department of Defense (Org.). **Population Representation in the Military Services: Fiscal Year 2016 Summary Report**. 2016. Disponível em: <<https://www.cna.org/pop-rep/2016/summary/summary.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

EGNELL, Robert. Gender Perspectives and Fighting. **Parameters**, [s.i.], v. 43, n. 2, p.33-42, 2013.

ENLOE, Cynthia. **Seriously!:** Investigating Crashes and Crises as if Women Mattered. Los Angeles: University of California Press, 2013.

ENLOE, Cynthia. **The Big Push:** Exposing and Challenging the Persistence of Patriarchy. California: University of California Press, 2017.

ESCOBAR, Jacqueline S. L.. Rompendo Barreiras à Ascensão Profissional da Mulher Militar: um argumento de segurança nacional em defesa da plena integração de gênero no exército dos EUA. **Military Review Edição Brasileira**, [s. l], p. 78-88, mar. 2013.

FENNER, Lorry M.. Either you need these women or you do not: Informing the debate on military service and citizenship. **Gender Issues**, [s.l.], v. 16, n. 3, p.5-32, jun. 1998. Springer Science and Business Media LLC.

FIRESTONE, Juanita M.; HARRIS, Richard J.. Sexual Harassment in the U.S. Military: Individualized and Environmental Contexts. **Armed Forces & Society**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.25-43, out. 1994. SAGE Publications.

FRANK, Lisa Tendrich. Civil War, American, Women Combatants during the. In: COOK, Bernard A. (ed.). **Women and War: a historical encyclopedia from antiquity to the present**. California: Abc-Clio, 2006. p. 118-120.

GHAJAR, Lee Ann. Gulf War (1990–1991), Women and the. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 266-267.

GHAJAR, Lee Ann. United States, Navy Women's Reserve (WAVES). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 614.

HARING, Col. Ellen. **Do military women want combat jobs? The survey numbers say yes — and so do more than 9,000 combat action badges**. Foreign Policy, 2014. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2014/04/24/do-military-women-want-combat-jobs-the-survey-numbers-say-yes-and-so-do-more-than-9000-combat-action-badges/>. Acesso em: 23 mai. 2019.

HARING, Ellen L.. What women bring to the fight. **Parameters**, Carlisle, v. 43, n. 2, p.27-32, 2013.

HEATER, Derek. **What is Citizenship?** Cambridge: Polity Press, 1999.

KANTER, Rosabeth Moss. **Men and Women of the Corporation**. New York: Basicbooks, 1977.

KING, Anthony C.. The female soldier. **Parameters**, Carlisle, v. 43, n. 2, p.13-25, 2013.

KING, Anthony. Women im Combat. **The Three Swords Magazine**, Florida, v. 29, p.22-26, 2015. Disponível em: http://www.jwc.nato.int/images/stories/_news_items_/2015/womenincombat_dec2015.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

MACDONALD, Sharon. Drawing the lines — gender, peace and war: an introduction. **Images of Women in Peace and War**, [s.l.], p.1-26, 1987. Macmillan Education UK.

MCKAY, Dawn Rosenberg. **Careers for Women in the Military**. 2019. Disponível em: <https://www.thebalancecareers.com/women-in-the-military-4177666>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MONAHAN, Evelyn M.; NEIDEL-GREENLEE, Rosemary. **A few good women: America's military women from world war I to the wars in Iraq and Afghanistan**. New York: Alfred A. Knopf, 2010.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.59-80, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO).

PARSONS, Edy M.. Role of Women in the American Revolution. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 13-15.

PATTEN, Eileen; PARKER, Kim. **Women in the U.S. Military: Growing Share, Distinctive Profile**. 2011. Disponível em: <https://www.pewsocialtrends.org/2011/12/22/women-in-the-u-s-military-growing-share-distinctive-profile/>. Acesso em: 14 out. 2020.

Publications.

REYNOLDS, George M.; SHENDRUK, Amanda. **Demographics of the U.S. Military**. 2018. Disponível em: <https://www.cfr.org/article/demographics-us-military>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

ROSS-NAZZAL, Jim. Arab-Israeli Wars. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 19-22.

SCHWARZ, Marc L. Great Britain, Women, Social Impact of World War I on. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 235-236.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**, 2. Ed. Recife: SOS corpo, 1995. Tradução de: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SEGAL, Mady Wechsler. Gender and the military. In: CHAFETZ, Janet Saltzman (Ed.). **Handbook of the Sociology of Gender**. New York: Plenum Publishers, 1999. Cap. 25. p. 563-581. (1999).

SEGAL, Mady Wechsler. Women's Military Roles Cross-Nationally: Past, Present, and Future. **Gender And Society**, v. 9, n. 6, p.757-775, dez. 1995.

SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK (Org.). **THE MENTAL WELLNESS NEEDS of MILITARY WOMEN: COMMUNITY DRIVEN SOLUTIONS**. 2018. Disponível em: <https://www.servicewomen.org/wp-content/uploads/2018/02/2018-Annual-Summit-Report-Final.compressed.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK (Org.). **Women in the Military: where they stand**. 2019. Disponível em: <https://www.servicewomen.org/wp-content/uploads/2019/04/SWAN-Where-we-stand-2019-0416revised.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SHERROW, Victoria. **Women in the Military**. Nova York: Chelsea House Publishers, 2007. SJOBERG, Laura; VIA, Sandra (Ed.). **Gender, war, and militarism: feminist perspectives**. California: Abc-clio, 2010.

TICKNER, Ann J. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post–Cold War Era**. Nova York: Columbia University Press, 2001.

ULBRICH, David J.. United States, Military Service of Women in World War II. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 610-613.

WADHAM, Ben. Violence in the Military and Relations Among Men: Military Masculinities and 'Rape Prone Cultures'. In: WOODWARD, Rachel; DUNCANSON, Claire (ed.). **The Palgrave International Handbook of Gender and the Military**. London: Springer Nature, 2017. Cap. 15. p. 241-256.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H.. Doing Gender. **Gender And Society**, [s.i.], v. 1, n. 2, p.125-151, jun. 1987.

WOMEN AT WAR: A STUDY ON THE CHALLENGES OF FEMALE PARTICIPATION IN THE AMERICAN MILITARY

ABSTRACT

The military was, and still remains, a predominantly male environment. However, since the world wars this scenario has gradually changed, especially in western countries. Following feminist theory, this paper addresses important analytical categories to explain female participation in the military, such as gender (SCOTT, 1995). Like feminist theorists, the work follows the qualitative methodology with textual and documentary analysis research techniques through bibliographic review, with study of interviews and reports. Finally, the material examines women's participation in the United States Armed Forces, especially from the 2000s onwards, as it is the hegemonic country; This research is produced with data from the female contingent originated from the government and research organizations, such as Pew Research Center, as well as a study of the obstacles still faced for full integration in the military, such as prejudice, sexual and gender harassment, among others, indicating that integration exists, but not entirely, since there is still resistance to accepting them as peers.

Keywords: U.S. military; gender and military; feminist theory; international relations.